



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ
ARQUIVO MUNICIPAL

ACTAS

1914

FUNDO: Câmara Municipal da Lourinhã

UNIDADE DE INSTALAÇÃO: Caixa nº 4, Livro nº 12

TRANSCRIÇÃO: Ana Fonseca e Valter Bernardes

COORDENAÇÃO E REVISÃO: João Filipe Venâncio Leitão

Março de 2015

Sessão de 2 de Janeiro de 1914

Aos dois dias do mês de Janeiro de mil novecentos e catorze, nesta vila de Lourinhã e Paços do Concelho, onde se achava presente o cidadão Francisco de Paulo Furtado, vice-presidente servindo de presidente da Comissão Municipal Administrativa cujo mandato hoje terminou, aqui compareceram os cidadãos: Alfredo Manuel Candeira, António Vieira Júnior, Francisco Maria Pereira Marques, António Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordalo, José Narciso, Pedro Marques de Carvalho, José do Nascimento Neves, Silvano Marcelino, João Maria da Silva Marques, José António Custódio Neves e António Maria da Silva, definitivamente eleitos para vereadores da câmara municipal dêste concelho no triénio de mil novecentos e catorze a mil novecentos e dezasseis, conforme consta da relação que nos termos cento e dezasseis do Código Eleitoral acompanhou o ofício número trezentos e cincoenta e quatro do Govêrno Civil de Lisboa, segunda Repartição, datado de vinte sete de dezembro último e logo ele presidente |^{270v}. Ihes conferiu posse, que êles tomaram, do cargo para que foram eleitos, havendo prèviamente recebido a declaração de honra pelos mesmos prestada na forma do artigo terceiro do decreto de oito de outubro de mil novecentos e dez.

Seguidamente, nos termos do artigo catorze do Código Administrativo de sete de agosto de mil novecentos e treze, assumindo a presidência o vereador mais votado, Alfredo Manuel Candeira, se procedeu á verificação dos respectivos poderes, como determina o artigo vinte do mesmo código.

Verificação de poderes e eleição da mesa¹

1.^a Verificada a aprovação dos diplomas apresentados se passou á eleição da mesa desta Câmara, propondo o presidente à assembléa os seguintes cidadãos:

Para secretários, José do Nascimento Neves e José António Custódio Neves e para escrutinadores, Joaquim José Bordalo e Augusto dos Santos Picão, que a assemblea aprovou.

Eleição de presidente, vice-presidente-secretário e vice-secretário

Corrido o escrutínio, se verificou ser de quinze o número das listas de entradas na mesa e o resultado do apuramento o seguinte:

Para Presidente

Alfredo Manuel Candeira, com doze votos e Francisco Maria Pereira Marques com três votos.

Para Vice-Presidente

Francisco Maria Pereira Marques, |²⁷¹ com doze votos, José do Nascimento Neves, com dois votos e Alfredo Manuel Candeira, com um voto.

Para Secretário

José do Nascimento Neves, com catorze votos e José António Custódio Neves com um voto.

Para Vice-Secretário

José Narciso, com onze votos e José António Custódio Neves, com um voto.

Proclamação

Em consequência passou o presidente a proclamar como eleitos:

¹ Este “título” e seguintes apresentam-se sob a forma de anotações escritas nas margens esquerda e direita no documento original.

Para Presidente – Alfredo Manuel Candeira.

Para Vice-Presidente – Francisco Maria Pereira Marques.

Para Secretário – José do Nascimento Neves.

Para Vice-Secretário – José Narciso, os quais logo assumiram os seu lugares na mesa, declarando o presidente constituída a Câmara Municipal para todos os efeitos e aberta a presente sessão em nome da lei:

Dias das sessões

2.^a Nos termos do artigo vinte e dois do Código Administrativo, por unanimidade declarou a Câmara que as suas sessões ordinárias se realizem no primeiro dia útil dos meses de abril, agosto e novembro, sendo a de janeiro no dia dois estabelecido por lei, e todas pelas treze horas.

Eleição da Comissão Executiva

3.^a De harmonia com o disposto no artigo noventa e quatro, número vinte e oito, passou a Câmara a |^{271v} eleger os vogais da sua Comissão executiva, sendo o seguinte o resultado da votação:

Para vogais efectivos:

Augusto dos Santos Picão, com quinze votos, _ Pedro Marques de Carvalho, com catorze votos, _ Joaquim Henriques Horta de Almeida e João Maria da Silva Marques, com treze votos cada um, _ José da Silva Henriques Cordeiro, com doze votos, _ António Rodrigo de Carvalho, com três votos, _ Alfredo Manuel Candeira, com dois votos e Joaquim Correia Caldeira, com um voto.

Para vogais substitutos:

José do Nascimento Neves e António Maria da Silva, com quinze votos, _ António Vieira Júnior, com catorze votos, _ Joaquim Correia Caldeira, com treze votos, _ António Rodrigo de Carvalho, com doze votos, _ José da Silva Henriques Cordeiro, com três votos e João Maria da Silva Marques, com dois votos.

Proclamação

Foram portanto proclamados, por serem os mais votados, os seguintes vereadores para fazerem parte da Comissão Executiva desta Camara no presente ano:

Vogais efectivos

Augusto dos Santos Picão, Pedro Marques de Carvalho, Joaquim Henriques Horta de Almeida, João Maria da Silva Marques e José da |²⁷² Silva Henriques Cordeiro

Vogais substitutos

José do Nascimento Neves, António Maria da Silva, António Vieira Júnior, Joaquim Correia Caldeira e António Rodrigo de Carvalho.

4.^a Não tendo comparecido nesta sessão o vereador efectivo eleito, José da Silva Henriques Cordeiro, por unanimidade deliberou a Câmara relevar-lhe a falta, visto achar-se ausente do concelho por motivo de negócios inadiáveis de sua casa, conforme foi comunicado pelo vereador Joaquim Henriques Horta de Almeida.

Relatório

Por lapso deixou de mencionar-se no lugar competente que o vice-presidente da Comissão administrativa cessante, Francisco de Paulo Furtado, antes de conferir a posse aos novos eleitos, lhes deu as boas vindas dando-lhes conta do saldo positivo que encontrarão em cofre sem qualquer encargo ou dívida passiva, a não serem o empréstimo municipal, cujas anuidades se acham em dia e a dívida antiga ao hospital de São José que se vai gradualmente amortizando.

Sendo dezasseis horas, deliberou a Câmara interromper os seus trabalhos que recomeçarão no dia seguinte pelas treze horas.

E para constar mandou lavrar a presente acta que vai ser assina- |^{272v} pelos referidos presidente e vereadores e por mim José do Nascimento Neves, secretario da Câmara Municipal, que subscrevi.

Alfredo Manuel Candeira
António Vieira Júnior
Francisco Maria Pereira Marques
António Rodrigo d Carvalho
Augusto dos Santos Picão
Joaquim Correia Caldeira
Joaquim Henriques Horta de Almeida
Joaquim José Bordalo
José Narciso
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
João Maria da Silva Marques
Jose António Custódio Neves
António Maria da Silva
Jose do Nascimento Neves

Sessão de 3 de Janeiro de 1914

Aos três dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e catorze, nesta vila de Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes o presidente da Camara Municipal Alfredo Manuel Candeira e os vereadores António Vieira Júnior, Francisco Maria Pereira Marques, Antó- |²⁷³ nio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordalo, José Narciso, Pedro Marques de Carvalho, Silvano Marcelino, João Maria da Silva Marques, José António Custódio Neves, Antonio Maria da Silva e José do Nascimento Neves, em nome da lei declarou o presente aberta a sessão.

1.ª Relevada a falta ao vereador José da Silva Henriques Cordeiro, se passou á leitura da acta da sessão antecedente, sendo **2.ª** aprovada sem qualquer alteração e devidamente assinada.

Concedida a palavra ao vereador José do Nascimento Neves, passou este a ler a seguinte proposta para a mesa:

“Considerando que é esta a primeira Câmara neste concelho eleita depois de proclamada a República;

“Considerando que a opinião da lista camarária obedeceu ao princípio de bem administrar o concelho sem a menor preocupação de partidarismo político, a que é alheia;

“Considerando que a eleição de presidente da comissão executiva recaiu acidentalmente num dos poucos vereadores partidários políticos;

A Câmara resolve:

|^{273v} „1.º_ Afirmar a maior lealdade ao regime;

„ 2.º_ Saudar na pessoa do venerado e respeitabilissimo cidadão que actualmente preside aos destinos da Nação Portuguesa, todos os que concorreram para o resgate do país; e

3.º_ Não reconhecer a menor significação política na eleição do presidente da Comissão executiva. (a) – José do Nascimento Neves.,,

3.ª Sem discussão foi por unanimidade aprovada.

Saudações

Em seguida usa da palavra o vereador João Maria da Silva Marques, que, após varias considerações sobre a escolha do seu nome para a lista camarária e dos intuitos que o assinam no sentido de bem corresponder ao mandato que lhe impuseram, terminou por propor se saudasse o presidente do ministério e o ministro do fomento, dirigindo a cada um o telegrama do teor que segue:

“Ex^{mo}. Sr. = A Câmara Municipal de Lourinhã reunida em sessão ordinária tem a honra de saudar V.Ex.^a e de lhe ponderar que é precária a situação da agricultura pela paralisação completa dos negócios de vinhos e aguardentes neste concelho onde existem centenas de pipas por vender sendo difícil a situação por falta de preço compensador dada a escassez da última colheita.,,

|²⁷⁴ Posta á discussão, pelo vereador Joaquim José Bordalo foi ponderado que lhe parecia que a presente proposta brigava um pouco com a anteriormente aprovada, foi quando a Câmara acabava de declarar que nenhuns intuitos políticos a muviam começava logo por saudar dois membros de um ministerio retintamente partidário, observando logo o proponente que tal saudação se não dirigia ao Afonso Costa político, mas sim ao chefe de governo que tamanhos serviços tem prestado á agricultura, porquanto ele proponente não sendo seu partidario não pode deixar de reconhecer os seus méritos.

4.^a Concordando a câmara com certas explicações passou a aprovar a proposta por unanimidade.

Foi presente e lida a seguinte correspondência:

Concurso 1.º logar de professor da vila

Ofício n.º 438, datado de vinte e quatro de dezembro ultimo, da Inspeção da 1.^a Circunscrição Escolar da República, remetendo, em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 28 de agosto último o processo de concurso para provimento do 1.º logar de professor da escola do sexo masculino da Lourinhã, ultimamente aberto pela câmara deste concelho; acompanhando o processo vem a respectiva proposta graduada nos seguintes termos:

|^{274v} 1.º _ Calixto Armindo, diplomado pela escola normal de Lisboa, com a classificação de 19 valores.

2.º _ Armando Dias Correia Lains, diplomado pela escola normal de Lisboa, com a classificação de 15 valores e professor de 3.^a Classe

Nomeação de professor do 1.º logar da escola da vila

5.^a A Camara tomando na devida consideração tal proposta, deliberou nos termos do artigo 94.º, n.º 9, do Código Administrativo, de 7 de agosto último, nomear para o logar de primeiro professor da escola do sexo masculino desta vila o primeiro concorrente Calixto Armindo.

Ofício n.º 401, datado de 23 de dezembro último, da inspeção da 1.^a Circunscrição Escolar da República, remetendo o processo de concurso para o provimento do 1.º logar de professora da escola do sexo feminino da Lourinhã; sem o processo acompanhado da proposta graduada do respectivo inspector como refere:

1.^a _ Adélia Augusta Baptista Coelho, diplomada pela escola normal de Lisboa, com a classificação de 15 valores e professora de 3.^a classe;

2.^a _ Virginia do Rosário Silva, diplomada pela escola normal de Castelo Branco, com a classificação de 14 valores e professora de 3.^a classe.

Mais foi presente o ofício n.º 46, de 27 de dezembro último, da mesma repartição, enviando o requerimento |²⁷⁵ em que Virgínia do Rosário Silva desiste do concurso do

primeiro logar da escola do sexo feminino da Lourinhã, requerimento que foi apresentado no prazo legal, pelo que deve ser deferido.

6.ª Nestes termos, acordou a Câmara em deferir êste requerimento, aceitando a desistência da concorrente **7.ª** Virgínia do Rosário Silva e nomeando outra concorrente Adélia Augusta Baptista Coelho, como primeira classificada e afim concorrente unica, para o logar da primeira professora da escola do sexo feminino desta vila, em vista da autorização que lhe confere o n.º 9.º, do art.º 94.º, do novo código Administrativo.

8.ª Mais determinou a Câmara, que segundo o disposto no art.º 7.º do decreto n.º 104 de 27 de agosto último, se publiquem estas nomeações no diário do govêrno.

Concurso de 2.º logar

9.ª Ficando, portanto, vago o segundo logar de professora da escola do sexo feminino desta vila, visto que a unica concorrente que a ele havia era Adelia Augusta Baptista Coelho, (já provida no primeiro logar) segundo consta do ofício nº 399, de 23 de dezembro último, da mesma inspecção escolar, deliberou a Câmara que desde já se abra concurso para tal provimento, fazendo-se o competente anuncio no Diário do Govêrno.

^{275v} **Voto de sentimento**

10.ª Por proposta do vereador João Maria da Silva Marques, acordou a Câmara em lançar na acta um voto de pesar pelo falecimento do contínuo desta Câmara, Albino dos Reis Cadete, que teve logar no dia catorze de dezembro findo.

Nomeação interina do continuo da Camara

11.ª Deliberou a Câmara não abrir por enquanto concurso para o provimento de tal logar, nomeando interinamente para desempenhar as respectivas funções o Francisco Rocha, solteiro, maior, desta vila.

Não se tendo na acta de sessão antecedente feito menção dos nomes dos vereadores substitutos constantes da relação que acompanhou o ofício n.º 354, expedido em data de 27 de dezembro último pela 2.ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, propôs o presidente que deles se faça ora menção pela ordem que dispõe o art.º 25.º do Codigo Administrativo para mais facil cumprimento da dita disposição legal:

Vereadores substitutos

António Henriques Delgado
Alberto Marque de Carvalho
António Emídio da Cruz e Silva
Guilherme Veríssimo de Oliveira
José de Oliveira Guimarães
Manuel Correia Caxaria
Joaquim Jacinto Henriques
José Luís dos Santos
José Mateus Pacheco
²⁷⁶ António da Silva Matilde
José Martinho Dias Sarreira
José Maria Rodrigues
Júlio Anastácio
Patrício Venâncio Pereira
José Joaquim de Jesus

Revogação da postura sobre cães

12.^a Seguidamente usa da palavra o vereador João Maria da Silva Marques que propõe à Câmara revogue o disposto no art.^o 141.^o do Código de Posturas que estabelece a matrícula de cães e pagamento da taxa anual de cinquenta centavos por cada cão. Admitida à discussão foi por vários vereadores emitida a opinião de que não deve prescindir-se de um imposto tão importante, de rendimento aproximado a quinhentos escudos no momento em que sobre o cofre municipal importam tantas despesas não contando ainda com os que o novo código lhe acarretam, não falando já nas de instrução primária e outras obrigatórias; pelo proponente foi referido que a aplicação de tal imposto é vexatório e tem levantado reclamações várias e por isso mais convinha que a Câmara procurasse receita por outro lado. Posta à votação foi aprovada a proposta por oito votos contra sete, considerando-se, portanto, para todos os efeitos, revogado o referido artigo 141.^o do Código de Posturas, alterado já por deliberação de 23 de abril de 1913^{276v} e exclui-se a receita dele proveniente do respectivo orçamento; esta votação foi feita levantando-se os que a aprovaram e permanecendo sentados os que a rejeitassem.

13.^a Acto contínuo foram pelo mesmo vereador João Maria da Silva Marques apresentadas várias propostas de aumento de despesa, contrapondo-lhe o vereador Joaquim José Bordalo outra no sentido de não serem admitidas outras propostas que envolviam aumento ou diminuição de receita ou despesa sem que se discuta o orçamento geral da Câmara para o corrente ano, que vai entrar em discussão, proposta esta que foi aprovada por unanimidade sem discussão.

Criação da escola mixta do C.^{al}. do Azeite

Nesta altura foi pelo vereador António Vieira Júnior feita a leitura de uma acta da Junta de Paróquia de São Lourenço dos Francos, de há anos em que aquela corporação pedia a criação de uma escola mixta no lugar da Ribeira de Palheiros ou no adjunto Casal do Azeite, fazendo várias considerações sobre o assunto, pretendendo demonstrar que tal petição foi atendida pelos poderes superiores e que se tal melhoramento se não se efectivou foi isso devido a entraves levantados neste concelho.

Aprovação da receita do orçamento

14.^a De seguida passou-se á discussão do orçamento ordinário desta Câmara para o presente ano civil, fazendo-se 1913²⁷⁷ a sua leitura minuciosa, sendo lida e discutida toda a receita verba por verba e a aprovação por capítulos. Por alguns vereadores foram solicitados ao respectivo chefe da secretaria varios esclarecimentos sobre o calculo de certas verbas da receita que lhes foram imediatamente prestadas, resultando da discussão e votação final ser a receita aprovada tal qual se achava exarada no documento na apreciação, excepto as verbas n.^o 18 e 21 "Taxas sobre cães,, e " Venda de chapas para coleiras de cães,, em virtude da deliberação anterior que revogou o art.^o 121.^o do Código de Posturas que obrigava á matrícula de cães e consequente pagamento da respectiva taxa.

Sendo, dezasseis horas deliberou a Câmara dar por findos neste dia os seus trabalhos que recommearão no proximo dia cinco pelas treze horas, sendo dada para ordem do dia a discussão do orçamento na parte que trata da despesa.

E para constar se lavrou a presente acta que vai devidamente assinada pelos referidos presidente e vereadores. E eu José do Nascimento Neves, secretario da Camara Municipal a subscrevi.

Alfredo Manuel Candeira

António Vieira Júnior
Francisco Maria Pereira Marques
|^{277v} António Rodrigo de Carvalho
Augusto dos Santos Picão
Joaquim Correia Caldeira
Joaquim Henriques Horta de Almeida
Joaquim José Bordalo
José Narciso
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
João Maria da Silva Marques
José António Custódio Neves
António Maria da Silva
José do Nascimento Neves

Sessão de 5 de Janeiro de 1914

Aos cinco dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e catorze nesta vila de Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes o presidente da Câmara Municipal Alfredo Manuel Candeira e os vereadores José Narciso, João Maria da Silva Marques, Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim Correia Caldeira, António Vieira Júnior, José António Custódio Neves, Augusto dos Santos Picão, Joaquim José Bordalo, José da Silva Henriques Cordeiro, António Maria da Silva, Silvano Marcelino, António Rodrigo de Carvalho, Pedro Marques |²⁷⁸ de Carvalho, Joaquim Henriques Horta de Almeida e José do Nascimento Neves, deu o dito presidente por aberta a sessão pelas treze horas do dia, prestando acto contínuo o seu compromisso de honra o vereador José da Silva Henriques Cordeiro, que só agora se apresentou a tomar posse.

Revogação da deliberação tomada na sessão anterior sobre taxas sobre cães

1.^a Lida a acta da sessão antecedente foi aprovada sem qualquer alteração e devidamente assinada.

Concedida a palavra ao vereador Joaquim Henriques Horta de Almeida chamou êste a camara, digo, êste a atenção da Câmara para o facto de se votarem de afogadilho certas propostas que antes devem ser devidamente ponderadas e discutidas, não se indo na corrente de paixões políticas ou movidas por ódios ou amizades pessoais, evitando-se assim conflitos e irregularidades insanáveis. Como entenda que a deliberação tomada na sessão anterior a revogação do artigo 141.º do Código de Posturas dêste concelho, não obedeceu às prescrições manda para a mesa a seguinte proposta, que foi lida pelo secretário.

Proposta

“Em sessão de três do corrente foi apresentada uma proposta no sentido de se extinguir o imposto da |^{278v} taxa sobre cães, o que implica a revogação do artigo 141.º do Código de Posturas dêste concelho que estabelece a matrícula de cães originária dessa taxa,

„Considerando que o imposto desta proveniência deverá produzir uma receita anual superior a 500 escudos que as condições do cofre municipal não autorizam a desprezar, atentos os encargos que sobre ele pesam, não só os que lhe adveem do serviço de instrução primária, mas principalmente os do novo código administrativo

que em breve deve entrar em plena execução com o aumento de vencimentos, vários encargos obrigatórios e outros por leis especiais,

„Considerando que não pode ser norma de boa administração extinguir impostos legal e de boamente pagos, no momento em que se pretende agravar a despesa,

„Considerando que não colhe o argumento de ser odioso tal imposto visto que com a máxima facilidade foi cobrado no passado ano sem relutância nem vèxames, antes foi bem aceite pela maioria dos contribuintes, sobretudo dos caçadores, os quais todos preferem a diminuta taxa anual de meio escudo a verem seus cães sujeitos a morte violenta, fonte constante de conflitos, |²⁷⁹

„Considerando que o sistema anterior da extinção de cães é um serviço dispendioso, bárbaro e impróprio de gente civilizada, não havendo mesmo quem se preste a executá-lo sem grande remuneração, o que representa um gravame para as finanças municipais,

„Considerando que tal deliberação foi tomada tumultuária e confusamente sem discussão nem ordem, não se observando o disposto no artigo 26.º do Código Administrativo que determina que as deliberações sejam tomadas á pluralidade absoluta de votos dos membros presentes e por votação nominal, o que nada se verificou,

„Considerando que não podia esta Câmara tomar definitivamente essa deliberação atenta a disposição do artigo 96.º combinada com a do artigo 94.º, n.º 32.º do Código, que manda sejam ouvidas as juntas de paróquia do concelho, o que se não fez,

„Considerando que tal deliberação é insanavelmente nula em face do preceituado no artigo 38.º do dito código, e

„Considerando, finalmente, que os corpos administrativos podem, nos termos do artigos 33.º do Código referido, alterar as suas decisões quando não haja ofensa de direitos de terceiro ou das leis ou regulamen- |^{279v} tos da administração pública,

„Proponho que a câmara, reconsiderando, em face do exposto, declaro sem efeito tal deliberação como írrita e nula, e que, inspirando-se nos mais sãos princípios de uma legal e consciente administração, não só mantenha as receitas municipais a tanto custo criadas, mas procure aumentá-las sem vèxame, procurando assim equilibrar as receitas com as despesas que dia a dia se avolumam.

Lourinhã, 5 de janeiro de 1914.

(a) Joaquim H.H. de Almeida.,

Admitida a proposta á discussão, passou o proponente a justifica-la ainda com o art.º 7º., n.º 5, da Lei da caça que obriga os caçadores a matricular os seus cães para dêles se poderem fazer acompanhar, indo assim estabelecer-se uma excepção odiosa, quando os cães de luxo nada pagarão.

O Vereador João Maria da Silva Marques declarou que a câmara deveria manter a sua anterior deliberação, visto a câmara poder prescindir de tal receita uma vez que para lhe fazer face se exija a contribuição de trabalho, nada odiosa.

A êste argumento respondeu o vereador Joaquim José Bordalo que dêle discordava por completo, visto que o imposto da |²⁸⁰ taxa sôbre cães só era pago por quem queria porquanto, quem tinha cães para guarda nada pagava visto que a lei tal benefício lhe concedia, sujeitando-se ao imposto só quem tinha cães para luxo, enquanto que a contribuição de trabalho é lançada não só aos proprietários mas principalmente aqueles que vivem exclusivamente do seu braço, sendo certo que havendo caído quasi em desuso tal imposto neste concelho grande será a celeuma que a sua exigência agora irá provocar.

Pelo Vereador Pereira Marques foi declarado que entende que a Câmara não está em condições de poder prescindir de um rendimento tão importante como é o que provêm das taxas sobre cães, mais de quinhentos escudos, desprezando-se uma receita criada, para ir lançar mão de uma hipotética como é a de contribuição de trabalho, que nada apreciável renderá, antes representará um encargo com capatazes e demais pessoal indispensável para tal serviço.

Afirmou o vereador José do Nascimento Neves que as taxas sobre cães só pela violência se poderia cobrar enquanto o imposto braçal será de melhor grado prestado pelos povos da sua freguesia.

2.^a Terminada a discussão foi a proposta votada sem unanimidade em |^{280v} votação nominal, que a aprovou considerando-se portanto sem efeito a deliberação que a câmara sobre o mesmo assunto tivera na sessão anterior, considerada nula nos termos do disposto do final do artigo 38.º do Código Administrativo.

Seguidamente foi pelo Vereador José do Nascimento Neves, apresentada a seguinte proposta:

“Proponho = Que se revogue o artigo 141.º do Código de Posturas dêste concelho e consequentemente:

1.º- Que se cumpram as formalidades legais que regem o assunto

2.º- Que provisoriamente se suspenda a cobrança da taxa respectiva até final resolução.

(a) José do Nascimento Neves.

Admitida à discussão, sobre ela falou o Vereador João Maria da Silva Marques, afirmando que deve imediatamente suspender-se a taxa sobre cães, independentemente de quaisquer disposições legais, pois se sujeita ao pagamento de todas as multas embora para tal tenha de empenhar tudo que possui, pois entende que a câmara é soberana nas suas deliberações, sem sujeição a formalidades, ou então resignará o seu mandato indo dizer aos povos que o elegeram que o não deixaram cumprir livremente o seu dever de zelar os seus interesses.

3.^a Terminada a discussão passou-se |²⁸¹ à votação nominal da proposta dizendo “aprovo,, nove vereadores “rejeito,, sete.

Pela presidência foi ponderado à câmara que tal deliberação não fôra votada segundo dispõe o artigo vinte e seis do código administrativo, que exige a pluralidade absoluta de votos sobre qualquer deliberação e por isso a considerava sem efeito.

4.^a Não se manifestando a Câmara sobre o assunto exposto, se considerou liquidada a questão, devendo ouvir-se as juntas de paróquia nos termos do artigo 96.º do Código Administrativo.

Pelo Presidente foi declarado o seguinte: Em sessão de 26 de novembro último deliberou a Câmara Municipal fazer cedência ao Ministério da Guerra, para construção de uma carreira de tiro, de uma porção de terreno, com quatrocentos e cinquenta metros de comprimento por cinquenta de largura, no sítio do Rio Velho, junto à praia da Areia Branca, freguesia de Lourinhã, que confronta do norte, sul e nascente com terreno municipal e do poente com vinha dos herdeiros de António Mateus, terreno que tem a superfície de vinte e dois mil e quinhentos metros quadrados. Como se torna necessário fazer-se agora a competente escritura de cedência de terreno ao mesmo Minis- |^{281v} tério, conveniente seria que a actual câmara se pronunciasse sobre o assunto, isto é, se ratificava ou não tal cedência e no caso afirmativo autorizasse o presidente outorgar na escritura.

5.^a Acordou a Câmara em confirmar tal cedência, atendendo ao fim patriótico a que se destina, e que o seu presidente outorgue em seu nome na respectiva escritura.

Despesa do orçamento

6.^a Entrou-se por fim na discussão da despesa do orçamento ordinário desta Câmara para o corrente ano, sendo lidas, discutidas e aprovadas por unanimidade todas as suas verbas, excepto as que dizem respeito aos capítulos que tratam de obras municipais e da despesa com o serviço da instrução primária, que ficaram para a próxima sessão.

Encerrada a sessão pelas dezassete horas, foi marcada a sessão imediata para o próximo dia sete à hora estabelecida.

E para constar se lavrou a presente acta que vai devidamente assinada pelos referidos presidente e vereadores e por mim José do Nascimento Neves, secretário da Câmara Municipal, a subscrevi.

Alfredo Manuel Candeira vereador na deliberação da taxa sobre cães.

|²⁸² José Narciso Vencido na deliberação da taxa sobre cães.

João Maria da Silva Marques

Francisco Maria Pereira Marques

vereadores sobre a taxa de cães

Joaquim Correia Caldeira

António Vieira Júnior

José António Custódio Neves

Augusto dos Santos Picão Vencido na deliberação sobre as taxas dos cães

Joaquim José Bordalo Vencido na deliberação sobre a taxa de cães

José da Silva Henriques Cordeiro

António Maria da Silva

Silvano Marcelino

António Rodrigo de Carvalho

Pedro Marques de Carvalho Vencido na deliberação da taxa sobre cães

Joaquim Henriques Horta de Almeida Vencido na deliberação da taxa sobre cães

José do nascimento Neves

Sessão ordinária de 7 de Janeiro de 1914

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e catorze, nesta vila de Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes o presidente da Câmara Municipal Alfredo Manuel Candeira e os vereadores José Narciso, João |^{282v} Maria da Silva Marques, Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim Correia Caldeira, António Vieira Júnior, José António Custódio Neves, Augusto dos Santos Picão, Joaquim José Bordalo, José da Silva Henriques Cordeiro, António Maria da Silva, Silvano Marcelino, António Rodrigo de Carvalho, Pedro Marques de Carvalho, Joaquim Henriques Horta de Almeida e José do Nascimento Neves, pelas treze horas do dia, em nome da lei deu o presidente por aberta a sessão.

1.^a Lida a acta da sessão antecedente foi aprovada sem qualquer alteração e devidamente assinada.

Postura sobre cães

2.^a Em seguida pediu a palavra o vereador Joaquim José Bordalo a fim de rogar à Câmara lhe esclarecesse uma dúvida que lhe ficasse da sessão anterior, isto é, se se achava ou não em vigor a postura sobre cães, depois de tamanha discussão e portanto se se mantinha ou não no orçamento a correspondente receita. Convidada a

Câmara a manifestar-se sobre o assunto, acordou esta em que ficava em plena execução o artigo 141.º do Código de Posturas e consequentemente a cobrança das taxas sobre cães cujo proveito figurará na receita do orçamento uma vez que a proposta de revogação de tal artigo e suspensão da cobrança de taxas não obtivera o número suficiente de votos para vencimento.

|²⁸³ Declarou-se o Vereador Bordalo satisfeito com a resolução da Câmara, pois até ali estava em dúvida se a secretaria da câmara se deveria recusar ou não a passar qualquer guia para pagamento de tal imposto se lhe fosse solicitado.

Pelo vereador João Maria da Silva marques foi ponderado que lhe parecia que esta Câmara estava fora da lei ao discutir o actual orçamento ordinário, uma vez que êsse documento não fôra organizado pela sua Comissão Executiva, mas sim pela Câmara transacta, e mais ainda, que fora da lei estava ainda a câmara admitindo que os membros da Comissão executiva estivessem tomando parte em tal discussão, conforme dispõe o n.º 4.º do art.º 100 do Código Administrativo e o parágrafo único do mesmo artigo.

Pelo presidente foi explicado que as casas sujeitas não tinham aplicação as citações legais feitas porquanto, não podia o orçamento haver sido organizado pela Comissão Executiva, visto tal comissão não existir ainda na época em que tais documentos devem ser organizados, (art.º 67.º) sendo esta discussão perfeitamente extraordinária e feita agora no propósito de começarem desde já a entrarem em plena execução todas as disposições do novo Código, e quanto à segunda parte das observações prejudicada fica com a declaração anterior, não havendo portanto razão e tal reparo, uma vez que a Comissão |^{283v} executiva nenhuma responsabilidade tem na organização de tal documento. Com estas explicações concorda plenamente a Câmara e com elas se deu por satisfeito aquele vereador.

Descanso semanal (vide acta de 1-4-914)

3.ª Acto contínuo foi pelo vereador Augusto dos Santos Picão apresentada a seguinte proposta:

“Proponho que esta câmara tomando em consideração as reclamações dos negociantes e empregados do comércio desta vila, ponha em plena execução o regulamento do descanso semanal aprovado por esta Câmara em sessão de 17 de março de 1911, revogando assim o deliberado em sessão de 2 de fevereiro de 1912, que tornava facultativo o encerramento dos estabelecimentos industriais e comerciais, com a cláusula, porém, de ora àvante tal encerramento ser obrigatório só para os estabelecimentos comerciais da vila.

Lourinhã, 7 de janeiro de 1914. (a) Augusto dos Santos Picão.,

Admitida a proposta, entrava em discussão, finda a qual a câmara deliberou por quinze votos contra um, alterar a deliberação de 2 de fevereiro de 1912, na parte em que tornou facultativo o encerramento dos estabelecimentos industriais e comerciais do Concelho, que de ora àvante se tornará, porém, obrigatório mas só para os estabelecimentos comerciais desta vila, em todas as segunda feiras.

|²⁸⁴ Que em cumprimento do disposto no art.º 96.º do Código Administrativo se considera as Juntas de Paróquia do concelho a manifestarem-se no prazo de 8 dias, considerando-se como aprovação a falta de qualquer comunicação dentro dêste prazo e que imediatamente se dê publicação a esta resolução para os fins do art.º 195.º.

Delegados paroquiais

4.ª Nos termos do art.º 63.º do decreto com força de lei de 29 de março de 1911, passou a Câmara a fazer a nomeação dos delegados paroquiais dêste concelho, pela forma seguinte:

Paróquia civil da Lourinhã

João Veríssimo de Oliveira

Boaventura da Silva Marques

Paróquia civil de Miragaia

Joaquim Quintino Vieira

Joaquim Jacinto Henriques

Paróquia civil de Moita dos Ferreiros

Inácio de Oliveira Guimarães

António Emídio da Cruz e Silva

Paróquia civil de Moledo

Lino Ribeiro

Joaquim Custódio Neves

Paróquia civil do Reguengo Grande

José Maria de Camacho

António Primo Pereira

Paróquia civil de São Bartolomeu

Francisco António

João Silva

Paróquia civil do Vimeiro

José da Silva Henriques

Raimundo Apolinário Ferreira

^{284v}

Multas da I.M.P.

5.ª Neste acto foram presentes duas relações apresentadas na secretaria da Câmara pelo oficial instrutor da Sociedade de Instrução Militar n.º 8, desta vila, de mancebos que no passado ano faltaram à referida instrução, os quais nos termos do art.º 44 do decreto de 26 de Maio de 1911 terem de ser compelidos ao pagamento das competentes multas nas mesmas relações indicadas. Havendo sido todos avisados para satisfazerem tais multas, só três realizaram o pagamento e três justificaram suas faltas, devendo, portanto, a Câmara manifestar-se àcerca do procedimento a haver para com os que desprezaram o aviso. Inteirada a Câmara deliberou que sejam enviadas ao juízo de direito desta comarca as competentes participações a fim de serem judicialmente compelidos ao pagamento das multas.

Licença ao vereador J. Marques

6.ª Requerimento do vereador João Maria da Silva Marques, vogal da Comissão Executiva desta Câmara, pedindo a sua substituição na dita Comissão nos termos do artigo 94.º, n.º 28.º do Código Administrativo, visto não poder por motivo de seus muitos afazeres, ser assíduo às sessões. Posta a matéria dêste requerimento à discussão sobre ele falaram vários vereadores opinando que não deve ser atendido por não julgarem suficiente motivo para privar a dita Comissão ²⁸⁵ da cooperação daquele vereador.

Corrida a votação nominal verificou-se que foi indeferido.

Despesa do orçamento

7.ª Em seguida passou-se à discussão e votação dos dois capítulos da despesa do orçamento geral do presente ano que da sessão anterior ficaram para esta sessão os

de obras municipais e da instrução primária. Feitas varias alterações ficaram por fim votadas por unanimidade, ficando assim aprovado todo o orçamento para entrar em plena execução no presente ano nos termos do artigo 69.º do Código Administrativo.

Diversas despesas

8.ª Logo pelo vereador João Maria da Silva Marques foi apresentada a seguinte

“Proposta

- 1.º - Que seja fornecida mobília para a escola da Moita do Ferreiros;
- 2.º - Que seja fornecida mobília para a escola do Casal do Azeite, limite da Ribeira e que a dita escola seja posta a concurso;
- 3.º - Que se dê começo, logo que o tempo o permita, aos trabalhos de empedramento da estrada de São Bartolomeu ao Paço;
- 4.º - Que se inicie a construção da estrada que ligue Sobral à estrada distrital;
- 5.º - Que sejam fornecidos candieiros para o Reguengo Grande, já cedidos |^{285v} pela câmara transacta e venha passar a iluminação;
- 6.º - Que sejam feitas reparações na cadeia desta vila e fornecimento de cobertores aos presos;
- 7.º - Empedramento das valetas dentro do lugar de Moledo;
- 8.º - Que sejam feitas reparações na estrada do Vimeiro;
- 9.º - Que sejam concluídos dois bocados de calçada junto à ponte do Reguengo Grande;
- 10.º - Que se proceda ao calçetamento da estrada da Lourinhã à Zambujeira;
- 11.º - Que se dê começo aos trabalhos da estrada da Lourinhã a Marquiteira.

Lourinhã, 7 de Janeiro de 1914 = o Vereador da Câmara = (a) João Maria da Silva Marques.,,

Admitida a proposta na generalidade, passou a câmara a discuti-la e aprová-la em cada um dos seus pontos separadamente.

1.º

Não tomou dêle conhecimento visto que no orçamento geral que acabou de aprovar-se se conseguia verba para tal despesa.

2.º

Nas mesmas condições do anterior; e com respeito à última parte resolveu aguardar qualquer resolução superior a respeito do orçamento da despesa |²⁸⁶ com o serviço de instrução primária que foi enviado ao Ministério da Instrução Pública.

3.º

Após longa discussão sôbre se êste caminho estava na alçada do art.º 94.º, n.º 6.º ou do n.º 17.º do art.º 146.º do Código Administrativo, acordou a Câmara em votar para tal serviço a verba de cem escudos, devendo os povos limítrofes concordar com a respectiva contribuição de trabalho.

4.º

Estando êste caminho nas mesmas condições do antecedente, arbitrou, contudo, a Câmara a verba de cento e cinquenta escudos, com o auxílio tambem da respectiva contribuição de trabalho.

5.º

Visto que tal melhoramento fôra já votado pela Câmara transacta em sessão de 24 de setembro último, acordou em consignar no orçamento geral a verba competente para assentamento dos candieiros e seu custeio anual.

6.º

Prejudicado, visto que no orçamento geral se atendeu já tal despesa.

7.º

Embora esta verba esteja hoje compreendida no disposto no art.º 146.º n.º 17.º do Código administrativo, deli- |^{286v} berou arbitrar a verba de vinte escudos para êste serviço, uma vez que tal obra foi iniciada pela Câmara.

8.º

Para as reparações mais urgentes desta estrada Municipal estabeleceu a verba de cem escudos para ter aplicação no presente ano.

9.º

Foi deliberado não tomar em consideração esta parte da proposta, visto que tal despesa é manifestamente da competência da Junta de Paróquia respectiva (art.º 116.º n.º 17.º).

10.º

Acordou a Câmara em dotar no presente ano tal estrada com cem escudos, não para calçetamento, mas para empedramento e outras obras.

11.º

Não é esta estrada da Lourinhã à Marquiteira, mas a Ribamar e da maxima importância e necessidade, pelo que fixou em trezentos escudos a dotação deste ano de tal serviço. E assim se deu por finda a discussão e votação da proposta, que foi sempre feita em votação nominal e por maioria absoluta de votos.

Arborização do Rocio

9.º Mais foi presente a seguinte proposta:

“Proponho_1.º Que se arborise o local denominado – Rocio – junto á ponte de Santa Catarina, intiman- |²⁸⁷ do-se os donos dos matos e estrumes ali depositados para removerem até quinze de março do corrente ano, êsses materiais a fim de que a plantação se possa fazer ainda na próxima primavera. Disto resultará o saneamento do local, ficando um recinto agradável.

2.º Que se continuei a plantação da cêrca do convento até onde a verba chegar.
Lourinhã, 7 de Janeiro de 1914 = O Vereador = (a) Joaquim José Bordalo.

Admitida a proposta foi votada por unanimidade.

10.ª Por fim foi pelo mesmo vereador apresentada a seguinte

Proposta

Plantação de pinhal na Areia Branca

Proponho: 1.º Que se utilizem os terrenos baldios, que forem aproveitáveis, existentes ao norte dos Casais da Areia Branca, confinantes com a carreira de tiro, demarcando-se o perímetro da área aproveitável para se semear de penisco na próxima primavera, demarcando-se também a serventia para a carreira de tiro.

2.º - Que essa demarcação se faça pelo processo mais económico sim, mas de modo que fique bem defendida para se tornar eficaz a guarda do campo semeado.

Lourinhã, 7 de Janeiro de 1914 = O Vereador = (a) Joaquim José Bordalo.

|^{287v} Admitida, sem discussão foi esta proposta votada por unanimidade.

Reivindicação de terrenos publicos

11.ª Antes de se encerrar a sessão pediu o vereador Joaquim Henriques Horta de Almeida a palavra para consultar a Câmara, sôbre a atitude que a Comissão Executiva deve tomar ante o facto altamente censurável de se encontrarem usurpadas grandes partes de terreno que faziam parte de antigos caminhos, usurpações estas que teem ficado impunes pelo facto de no código de posturas se não poder prever este abuso, por falta de competência, porquanto tais factos só pode obviar-se intentando contra os infractores as competentes acções de reivindicação.

Inteirada a câmara, por unanimidade deliberou que a sua Comissão Executiva, intente as competentes acções, passando procuração a um advogado para a representar em juízo.

Não havendo qualquer outro assunto a tratar nesta sessão, em nome da lei a declarou o presidente encerrada, mandando se lavrasse a presente acta, para ser devidamente aprovada e assinada por todos os vogais presentes.

E eu José do Nascimento Neves, secretário que a subscrevi

José da Silva Henriques Carolino

José Narciso

|²⁸⁸ João Maria da Silva Marques

Francisco Maria Pereira Marques

Joaquim Correia Caldeira

António Vieira Júnior

José António Custódio Neves

Augusto dos Santos Picão

Joaquim José Bordalo

José da Silva Henriques Cordeiro

Silva

Silvano Marcelino

António Rodrigo de Carvalho

Pedro Marques de Carvalho

Joaquim Henriques Horta de Almeida

José do Nascimento Neves

Sessão ordinária de 1 de Abril de 1914

Ao primeiro dia do mês de Abril do ano de mil novecentos e catorze, nesta vila de Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes os vereadores Francisco Maria Pereira Marques, José Narciso, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, António Vieira Júnior, José António Custódio Neves, Augusto dos Santos Picão, Joaquim José Bordalo, Silvano Marcelino, António Rodrigo da Silva, Pedro Marques Carvalho, Joaquim Henriques Horta de Almeida e José do Nascimento Neves, se constitui a câmara sob |^{288v} a presidência do primeiro, na sua qualidade de vice-presidente, visto o respectivo presidente se achar exercendo as funções de administrador deste concelho; relevadas as faltas dos vereadores José da Silva Henriques Cordeiro e António Maria da Silva, foi aberta a sessão.

Compromisso d'honra.

Sendo neste acto presente o vereador substituto António Henriques Delgado, chamado a exercício pelo impedimento legal do presidente, prestou o seu compromisso de hora e tomou assento na vereação.

Lida a acta da sessão antecedente foi unanimemente aprovada sem qualquer alteração e devidamente assinada.

Foi presente e lida a seguinte

Correspondência.

Fim da comissão de Artur Ferreira

Ofício n.º 233, expedido em data de 25 de março findo pela 2.ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, comunicando que por despacho da mesma data deu o Governador por finda a comissão de que estava encarregado Artur Ferreira de exercer interinamente o lugar de administrador dêste concelho. Inteirado.

Agradecimento deste

Ofício n.º 125, datado de 27 do mesmo mês de março, do administrador dêste concelho Artur Ferreira, comunicando, para os devidos efeitos, que deixou de exercer tal cargo neste concelho por haver sido transferido para outro, pelo que apresenta as suas despedidas, significando ao mesmo tempo a sua gratidão e estima pela óptima coadjuvação e facilidades que |²⁸⁹ sempre lhe foi dispensada para o legal desempenho de suas funções. _ Inteirada

Ofício n.º 127, da mesma data, em que o presidente desta câmara comunica que assumiu as funções de administrador dêste concelho, que foi chamado a desempenhar pela exoneração concedida do cargo ao cidadão Artur Ferreira._ Inteirada.

Licença á professora da Moita

1.ª Ofício n.º 244 do livro 2.º, com data de 27 de março último, da Inspeção Escolar de Torres Vedras, remetendo num requerimento em que a professora da escola da Moita dos Ferreiros pede 15 dias de licença para se ausentar da sede da escola. _ Inteirada a câmara, acordou nos termos do artigo 64.º, n.º 8.º, do decreto com força de lei de 29 de março de 1911, em conceder a licença requerida pela dita professora, Laura Adelaide Pinto, do que se dará conhecimento à interessada e ao respectivo inspector escolar.

Selo de fiança

Ofício n.º 1156 (livro 5.º) do Ministério das Finanças, Direcção Geral das Contribuições e Impostos, 1.ª Repartição Impostos Indirectos _ comunicando em resposta á consulta constante do ofício desta câmara n.º 55 de 13 do mês de março ultimo, que por despacho de 26 do mesmo mês de março, foi resolvido que á hipótese da consulta é sómente devido o selo da verba 23 da tabela, visto que a fiança como acto jurídico não está sujeita a selo; esta resposta tem a |^{289v} data de 27 de março próximo passado.

2.ª Em harmonia com o disposto no artigo 51.º, combinado com o artigo 103.º, da lei administrativa de 7 de Agosto de 1913, que determina que as comissões executivas das Câmaras Municipais dêem a estas na sua primeira reunião conta circunstanciada de todas as resoluções tomadas desde o encerramento da última sessão, foi pelo chefe da secretaria feito o relatório verbal de toda a administração municipal da Comissão Executiva, referindo a ordem das respectivas deliberações no competente livro de actas.

Aprovação das deliberações da Comissão Executiva

Prestados todos os esclarecimentos verbais e documentais solicitados pela camara, acordou esta em aprovar por unanimidade de votos todas as deliberações tomadas e consequentes actos, merecendo especial discussão os seguintes pontos:

Protesto do vereador Bordalo

1.º Contra o deliberado em sessão de 23 de março último, em que foi resolvido solicitar ao Governador Civil de Lisboa a conservação neste concelho do Administrador Artur Ferreira, protestou o vereador Joaquim José Bordalo, por ver nêsse acto uma intenção de política partidária, em desacordo com o exarado na acta de 3 de janeiro ultimo, em que esta câmara afirmou que a sua eleição “obedeceu ao princípio de bem administrar o concelho sem a menor preocupação de partidarismo político, a que é alheio,, por |²⁹⁰ quanto se o dito funcionário, pessoalmente lhe merece toda a consideração, é todavia certo que politicamente é um democrático e como tal

colocado neste concelho por um ministério partidário, e por isso, entende que a Comissão executiva se devia abster de se manifestar nesse sentido.

A isto se retorquiu o presidente da Comissão Executiva, Joaquim de Almeida, que a respectiva Comissão, sem inquirir do credo político em que o referido administrador do concelho, apreciou sempre nele o seu character honesto e digno como cidadão e a forma sensata e independente como exerceu o seu cargo, fazendo simplesmente administração legal, sem o menor acto de partidarismo político, conforme foi bem público e notório e tanto que a sua saída bem provou o apreço em que esse tido por todos em geral, uma vez que á despedida compareceram indivíduos de todas as côres ou opiniões políticas, em número tão elevado, como nunca se viu neste concelho, prova bem evidente da forma imparcial como sempre procedeu e portanto bem andou a comissão em desejar a conservação de uma autoridade que tamanha garantia havia dado da sua isenção de character, tanto mais que na exposição feita ao chefe do distrito se frisava bem que, neste passo nenhum instituto político servia a comissão e por isso injusto era o reparo daquele ^{290v} vereador. Consultada a Câmara, concordou esta com o proceder da comissão, que achou correcto e de justo apreço para com uma autoridade que se conduziu sempre por forma elogiosa, votando unicamente com o protestante os vereadores João Maria da Silva Marques, que não justificou o seu voto e José António Custódio Neves, que declarou votar contra o acto da Comissão Executiva uma vez que daquele administrador certa vez em público apreciára uns actos déle vereador por forma pouco lisonjeira para ele, atalhando neste acto o presidente tais considerações deste vereador, visto que a câmara não tinha a discutir ali questões de mero ressentimento pessoal.

Descanso semanal

4.^a 2.^o A respeito da deliberação tomada pela Comissão Executiva em sua sessão de 2 de fevereiro ultimo sôbre a alteração feita por esta câmara no regulamento do descanso semanal, acordou a mesma câmara em reconsiderar sôbre a sua deliberação de 7 de janeiro do presente ano, deliberando que o referido regulamento se mantenha como estava, isto é, que o encerramento dos estabelecimentos seja facultativo em todo o concelho continuando, porém obrigatório o descanso a que teem direito os empregados ou assalariados.

Depósitos no Rocio

5.^a 3.^o Com respeito à remoção dos depósitos de matos e estrumes do sitio do Rocio, junto a esta vila, cujo prazo terminou no dia 31 de março findo, a câmara considero ²⁹¹ando a dificuldade que há actualmente em tal remoção visto que os caminhos se acham ainda intransitáveis e que na presente quadra não é possível já fazer-se a plantação de árvores, acordou a câmara em que novamente se prorogue o prazo para as tiradas de estrumes e matos até ao dia 31 de junho próximo futuro, não sendo desta opinião unicamente o vereador Joaquim Bordalo, que era da opinião que se devia manter o prazo anterior e aplicar-se desde já a competente penalidade as que não cumpriram. Por esta forma ficando resolvido os assuntos dos dois requerimentos apresentados em sessão de 23 de março findo da Comissão Executiva, em que se pedia numa a prorrogação do prazo para a tirada e noutra que ficasse sem efeito a deliberação que ordenava aquela remoção de maneira a continuarem ali os mesmos depósitos.

Reclamação contra a professora da Marteleira

6.^a Acto contínuo foi pelo vereador Joaquim José Bordalo apresentada uma reclamação àcêrca da maneira como a professora da escola de Marteleira, Aurora da

Conceição Pacheco, exerce as funções do seu cargo, pois contínuas são as queixas pelo facto da escola estar encerrada a maior parte do ano, por isso pedia á câmara a compelissem a leccionar durante o tempo a que legalmente é obrigada, instaurando-se o competente processo disciplinar para se |^{291v} apurar se apurar se são ou não verdadeiras as acusações que lhe fazem. Inteirada a câmara, deliberou que a Comissão Executiva proceda em harmonia com o exposto verificando-se se realmente a professora não cumpre os seus deveres, para o que se fomentará o competente processo.

Inspecção á Escola do Casal do Azeite

7.ª Por proposta do vereador António Vieira Junior deliberou se officie ao Inspector Escolar de Torres Vedras pedindo-lhe proceda á inspecção do edifício destinado á escola de Casal do Azeite, visto que o senhorio deseja fazer as obras segundo as indicações que lhe forem dadas para evitar despesas inúteis.

Verificação do padrão de pesos e medidas

8.ª Pelo mesmo vereador foi ponderado que é bem notório que o padrão deste concelho difere dos outros, conforme já verificou esse num duplo decalitro seu, e por isso proponho que se fizesse uma conferência do padrão existente no arquivo da Câmara na repartição competente. A Câmara aprovou.

Candieiros no Reguengo

9.ª Pediu o Vereador Bordalo que esta câmara fizesse sentir á sua Comissão Executiva a necessidade da colocação dos candieiros que a mesma câmara deliberou fossem colocados no lugar de Reguengo Grande para iluminação pública do mesmo lugar uma vez que de tal até hoje se não tratou. Obterem pesou o presidente da Comissão Executiva, que desnecessário achava tal pedido, porquanto o |²⁹² a comissão já tem procurado dar cumprimento a tal deliberação, tanto que já se officiou á Câmara Municipal de Torres Vedras, perguntando se desejaria desfazer-se de antigos candieiros de iluminação daquela vila ultimamente substituídos pela iluminação electrica, suportando aquela câmara respectivamente.

Decorridos vão só os três meses de gerência e portanto não lhe parece ser ainda tarde para o cumprimento de tal deliberação, que oportunamente será atendido. Com estas explicações emendara a Câmara.

Ramal de estrada no Toxofal

10.ª Por proposta do vereador José do Nascimento, acordou a Câmara em tomar em consideração o pedido dos povos do lugar do Toxafal de Baixo, deste concelho para construção de um pequeno ramal de estrada dentro do mesmo lugar, ligando a estrada Municipal do Reguengo Grande com a antiga estrada do mesmo lugar.

Substituição do vogal da Com.ªo Executiva, João Marques

11.ª Em seguida pediu o vereador João Maria da Silva Marques, que nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 28.º da lei administrativa de 7 de agosto de 1913, se faça a sua substituição de vogal da Comissão Executiva, visto a impossibilidade de poder em assiduidade assistir às sessões da mesma comissão e desempenhar-se da inspecção dos serviços que lhe estão confiados, por ter de se ausentar continuamente do concelho por motivo de negócios |^{292v} de sua casa. Inteirada a câmara e depois de larga discussão, acordou a câmara, por maioria absoluta, visto que só teve dois votos contrários, em autorizar a sua substituição pelo respectivo substituto José do Nascimento Neves.

Não havendo mais assunto a tratar foi encerrada a sessão de que para constar se lavrou a presente acta que vai devidamente assinada.

E eu José do Nascimento Neves, secretário a subscrevi.

Francisco Maria Pereira Marques

José Narciso

José António Custódio Neves

António Vieira Júnior

Joaquim Correia Caldeira

João Maria da Silva Marques

António Maria da Silva

Augusto dos Santos Picão

António Henriques Delgado

Silvano Marcelino

Pedro Marques de Carvalho

Joaquim Henriques Horta de Almeida

Joaquim José Bordalo

António Rodrigo de Carvalho

José do Nascimento Neves

|²⁹³ Sessão extraordinária de 29 de Abril de 1914.

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de mil novecentos e catorze, nesta vila de Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes o Vice-Presidente servindo de Presidente no impedimento do respectivo, Francisco Maria Pereira Marques e os vogais ou vereadores: António Vieira Júnior, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, José Narciso, José da Silva Henriques Cordeiro, Silvano Marcelino, Pedro Marques de Carvalho, João Maria da Silva Marques, José António Custódio Neves, e António Maria da Silva, deu o dito vice presidente por aberta a sessão.

Por motivo das faltas justificadas com a devida antecedência pelo presidente Alfredo Manuel Candeira e vereador Joaquim José Bordalo, por ausencia em Lisboa, foram convocados os substitutos Antonio Henriques Delgado e Antonio Emídio da Cruz e Silva, que prestaram o seu compromisso de honra, sendo de seguida relevadas as faltas aos vereadores António Rodrigo de Carvalho e José do Nascimento Neves, que comunicaram os motivos por que não podiam comparecer.

Como faltasse o primeiro secretário José do Nascimento Neves, tomou este lugar o segundo secretario José Narciso e para o lugar deste foi proposto e aprovado o vereador José António Custodio Neves.

Lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada sem qualquer alteração e de-|^{293v}vidamente assinada.

Pelo Presidente foi declarado que convocára esta sessão extraordinariamente para serem recolhidos vários assuntos que passava a expôr e sobre os quais a câmara se manifestará á proporção que forem apresentadas

1.ª 1.º Ofício assinado por quatro vereadores reclamando esta reunião a fim de serem suprimidos os artigos do Código de Posturas que dizem respeito a licenças de cães. Em seguida foi pelo vereador João Maria da Silva Marques apresentada a seguinte

Proposta

Taxa sobre cães

“ O abaixo assinado vereador da Câmara Municipal de Lourinhã, propõe que sejam suprimidos os artigos do Codigo de Posturas desta Câmara Municipal referentes a taxas de cães.= Data das sessões de Câmara Municipal de Lourinhã, 29 de abril de

1914 = (a) = João Maria da Silva Marques., Continuando no uso da palavra, passou a justificar a sua proposta, afirmando que tal imposto era mal recebido pela maior parte do concelho e devia em vez dele lançar-se mão da contribuição de trabalho e que havendo esta Camara já numa sessão anterior deliberado repor o referido artigo por oito votos contra sete, foi essa deliberação suspensa por haver dúvidas sobre o que seria maioria absoluta. Com esta opinião concordaram os vereadores José da Silva Marques Cordeiro e Antonio Vieira Júnior, declarando êste ultimo que achava preferível a contribuição de trabalho porque assim se irá melhor em que era aplicado o dinheiro, enquanto que o das ²⁹⁴ taxas sobre cães não se sabe que aplicação terá.

Constatou o Presidente da Comissão executiva Joaquim de Almeida, que o imposto de prestação de trabalho, difícil será hoje pô-lo em vigor, que é muito mais violento por obrigar a taxa, nada mudando e a sobre os cães é perfeitamente voluntário e perfaz uma receita bem apreciável. Quanto à deliberação anterior sobre o assunto há a notar que a ultima palavra foi dada na sessão de 7 de janeiro, em que a câmara deliberou que o art.º 141.º do Codigo de Posturas continuaria em vigor e plena execução e consequentemente a respectiva cobrança da taxa sôbre os cães, cujo proveito ficaria em orçamento como receita ordinária e portanto sua opinião e da Comissão Executiva é que devia manter-se tal artigo, não só por a câmara não estar em circunstâncias de prescindir de uma receita tão importante, como pelo facto de a maior parte dos contribuintes a terem satisfeito sem relutância e que se não se acha em dia como era de esperar, esse facto se deve á pressão que alguns indivíduos do lugar de Reguengo Grande, sôbre eles terem exercido, aconselhando-os a que não paguem porque a Câmara tinha de anular tal artigo. Que não acha razão plausível para que se acabe com essa receita, pois dela só advém benefício para o município, sendo os próprios con-^{294v}tribuintes quem declarou que preferem este imposto a que lhes matem os cães e que quem não pode pagar anualmente 50 centavos por um cão que estima, também o não pode sustentar. Que desta forma se evita uma despesa e violência grande no município de cães vadios, que acabaram desde que tal disposição se acha em vigor. Terminada a discussão passou-se á votação nominal, que deu em resultado a rejeição da proposta por maioria de um voto visto o presidente ter voto de desempate, considerando-se portanto, liquidado o assunto, uma vez que a referida prestação fica em plena execução, mantendo-se como receita no orçamento geral a receita proveniente da cobrança da respectiva taxa.

2.ª 2.º Pelo presidente da Comissão Executiva foi presente a seguinte

Proposta:

Prorrogação da multa do art. 4.º do Regulamento dos Impostos Indirectos

“Atendendo a que o art.º 4.º do regulamento para a fiscalização e cobrança dos impostos municipais indirectos deste concelho que estabelece a multa de nove escudos para qualquer transgressão das suas disposições, tem dado lugar a justas reclamações, porquanto é de um rigor exagerado para certas casas e noutras de uma benevolência injustificável na sua forma prescritiva e inevitável, e Considerando que mais justo e equitativo será estabelecer uma penalidade tanto quanto em harmonia com o delito, ²⁹⁵ como sucede no regulamento do Estado que marca em idênticas circunstâncias multa graduada parte só do mínimo _ dois escudos _ até trezentos,

Proponho que o referido art.º 4.º seja revogado e substituído pelo seguinte:

Artigo 4.º

A transgressão das disposições dêste regulamento é punida em multa igual ao quántuplo da importância dos direitos devidos e não pagos á fazenda municipal com o limite mínimo de dois escudos e máximo legal de vinte.

§ 1.º Desta multa pertence metade ao funcionário por cuja intervenção for cobrada, o qual da sua parte dará metade ao denunciante se o houver.

§ 2.º Para o transgressor se tornará sempre efectiva a responsabilidade pelo imposto devido e não pago. = Lourinhã, 29 de Abril de 1914= O Vereador (a) Joaquim Henriques H. de Almeida,,

Concordando a Câmara com tal proposta, admitiu-a sem discussão, votando-a por unanimidade.

3.ª 3.º Perante a Comissão Executiva desta Câmara foram na sessão ordinária de 27 do corrente apresentados os requerimentos de que em seguida se faz menção, pedindo licença para reconstrução de edificios confinantes com a via pública mas como em virtude dos alinhamentos que convém estabelecer haja lugar à cedência de terreno da via pública, não se julgou aquela comis^{295v} são com competência para tal em face do disposto no art.º 101.º, § único, combinado com o art.º 94.º, n.º 53.º, visto com três alinhamentos manifestamente representavam uma alienação de terreno:

Requerimento de António Damião, do Seixal, que em virtude do alinhamento que provisoriamente lhe foi estabelecido ter de adquirir na via publica trinta e um metros quadrados, e a ceder à mesma mais dez metros quadrados, aos quais os peritos respectivos deram o valor de dez centavos por metro quadrado, havendo portanto uma diferença em favor do município de vinte e um metros ou sejam dois escudos e dez centavos.

Dito de Luís Pereira, do Seixal, que pelo alinhamento a que é obrigado, segundo a planta junta, a adquirir na via pública terreno com a superfície de vinte e quatro metros quadrados, ao qual os respectivos peritos deram o valor de dois escudos e quarenta centavos

Dito do mesmo Luís Pereira, que pelo alinhamento a que é obrigado também segundo a planta junta ao requerimento, tem de adquirir da via pública terreno na superfície de oitenta e um metros quadrados, a que os respectivos peritos deram o valor de quatro escudos e oitenta e seis centavos.

Dito de Joaquim Henriques Horta de Almeida, desta vila, que por virtude de conveniência do alinhamento estabelecido na planta junta tem de ²⁹⁶ ceder á via pública terreno com a superfície de nove metros quadrados e é forçado a adquirir terreno da mesma via na superfície de três metros e setenta decímetros quadrados, havendo portanto uma diferença de terreno de cinco metros e trinta decímetros quadrados, pelos quais não exige indemnização alguma, conforme declara no próprio requerimento.

Alinhamentos

Inteirada a câmara e considerando de vantagem para a via pública os alinhamentos de que se trata e visto que se cumpriram todas as disposições, que regem o assunto, acordou em conceder as licenças em questão, devendo previamente dar entrada no cofre municipal as importancias dos seguintes terrenos, não havendo direito a qualquer indemnização em respeito ao de Joaquim Henriques Horta de Almeida, visto ele declarar que não exige tal indemnização. Cumpre declarar que a deliberação deste ultimo foi tomada ausentando-se ele da sala, visto ser vereador e interessado na deliberação.

Indeferimento de um requerimento para alinhamento

4.^a Mais foi presente um requerimento se Sabino José Maria, desta vila, que em virtude do alinhamento que desejava tinha de adquirir terreno na superfície de dois metros e cinquenta decímetros quadrados. Considerando a camara que para a via publica nenhuma vantagem advem de tal alinhamento, que a autorizar-se irá dificultar o transito da rua naquela frente |^{296v} que já hoje não é muito fácil, pelo acanhado da volta, acordou em não autorizar tal alinhamento, concedendo a licença para a referida construção mas mantendo-se o alinhamento antigo.

Novo orçamento ordinario para 1914

5.^a 4.^o Pelo presidente da Comissão executiva foi apresentado o novo projecto do orçamento geral da receita e despesa do município para o presente ano, visto que o orçamento aprovado por esta camara em sua sessão ordinária de 7 de janeiro ultimo, não fôra organizada nos precisos termos da lei, isto é, nele se não considerava o fundo especial de março, como perceitua o art.^o 106.^o § 3.^o do Codigo Administrativo de 7 de Agosto de 1913, embora saiba que muitas câmaras consideram extinto tal fundo. Concordando a Câmara com o exposto, passou a discutir o novo projecto de orçamento para 1914 em que se consignam os fundos especiais que a lei determina, em menção expressa do de março, fazendo portanto nas receitas gerais do município as redações competentes. Discutido nas verbas que por este facto sofreram alteração, foi o mesmo documento aprovado por unanimidade, tendo em seguida deliberado manter **Impostos para 1915** **6.^a** para o futuro ano de 1915, os mesmos impostos para o presente ano e se acham consignados neste orçamento, dando-se por esta forma cumprimento ao disposto no artigo 112.^o § único da referida lei de 7 de Agosto |²⁹⁷ de 1913.

7.^a E como nos termos do disposto no art.^o 96.^o da mesma lei não podem tornar-se executórias as deliberações sobre as alienações de terreno e alteração do artigo do regulamento de impostos indirectos, mandou sejam unidas as mesmas, digo, indirectos sem que proceda a aprovação da maioria das juntas de paróquia do concelho, mandar que as ditas juntas sejam convidadas a no prazo de oito dias, a contar comunicação, se manifestem sobre o assunto.

Não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a sessão de que passa a constar se lavrou a presente acta, que foi devidamente assinada. E eu José Narciso a subscrevi como vice secretário e ressalvo entre linhas das palavras – Pedro Marques de Carvalho

Francisco Maria Pereira Marques
António Vieira Júnior
Augusto dos Santos Picão
Joaquim Correia Caldeira
Joaquim Henriques Horta de Almeida
António Henriques Delgado
Silvano Marcelino
João Maria da Silva Marques
José António Custódio Neves
António Maria da Silva
José da Silva Henriques Cordeiro
António Emídio da Cruz e Silva
Pedro Marques de Carvalho

|²⁹⁸ **Sessão ordinária de 1 de agosto de 1914**

Ao primeiro dia do mês d'agosto de mil novecentos e catorze nesta vila da Lourinhã e nos Paços do concelho se reuniram para sessão ordinaria o presidente da câmara municipal deste concelho, Alfredo Manuel Candeira e os vereadores Joaquim Henriques Horta d'Almeida, Augusto Santos Picão, Pedro Marques de Carvalho e José Narciso, e como não comparecessem os demais vereadores, não pôde ter lugar a sessão deste dia, ficando transferida para o dia cinco do corrente.

E para constar se lavrou este termo que vai ser devidamente assinado depois de lido por mim José Narciso

Vice secretário que a subscrevi e também asigno

Alfredo Manuel Candeira

Joaquim H.H. Almeida

Augusto dos Santos Picão

Pedro Marques de Carvalho

José Narciso

Sessão ordinaria de 5 d'agosto de 1914

Aos cinco dias do mês d'agosto de mil novecentos e catorze nesta vila da Lourinhã e nos Passos do concelho se reuniram para sessão ordinaria, o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho, Alfredo Manuel Candeira e os vereadores António Custodio, digo António Maria da Silva, António Rodrigo de Carvalho, António Vieira Júnior, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Henriques Horta d'Almeida, José Antonio Custodio Neves, José Narciso, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino, foi pelo presidente, em nome da lei, aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior que foi aprovada sem alteração alguma e devidamente assinada, passou-se a ler o seguinte

Correspondência

Carta do vive-presidente desta Camara, Francisco Maria Pereira Marques, comunicando ser-lhe absolutamente impossível comparecer nesta sessão pelo motivo de ter no seu estabelecimento serviço extraordinário que não pôde, sem grave prejuízo, adiar ou abandonar pelo que pede lhe seja relevada a falta. _ Nesta altura o Chefe interino da secretaria disse que o vereador Joaquim Corrêa Caldeira, por motivo de força maior, teve de ausen- |^{298v} tar-se hoje para Torres Vedras, pelo que o encarregou de comunicar esta inesperada saída aos seus colegas, dizendo-lhes ao mesmo tempo que concorda em absoluto com as resoluções que hajam de tomar a bem do concelho, incluindo a nomeação do Chefe efectivo da secretaria da câmara. _ Foram dadas por justificadas as faltas destes dois vereadores.

Ofício com data de um deste mês, da professora do segundo lugar da escola do sexo masculino desta vila, Antónia Patrício, a comunicar que por ter gravemente doente uma pessoa de sua família, se ausenta para o Louriçal do Campo, do Concelho de Castelo Branco. _ Inteirada.

Ofício assinado pelos cidadãos José Eduardo Moreira Sales, Martim José Rodrigues e Francisco Gomes da Cruz, do lugar de Toxofal de Baixo, desta freguesia e concelho da Lourinhã, reclamando em seus nomes e nos dos restantes moradores do mesmo lugar, a concessão d'um subsídio que junto com a quantia constante da

relação junta e que é de noventa e seis escudos e noventa centavos, – que ofereceu ao cofre municipal para tal fim –, chegue para a construção de uma calçada que, partindo da estrada municipal macadamizada junto ao cruzeiro do mesmo lugar, siga até ao fim da referida povoação.

^{|299} Posto pela presidência à discussão o assunto deste abaixo assinado, usaram da palavra sobre o mesmo os seguintes vereadores:

Primeiramente o presidente da Comissão Executiva Joaquim Henriques d'Almeida que disse ser de toda a justiça o que se reclama, mas como o estado do cofre municipal, no corrente ano, não permita atender, também no corrente ano, o que os moradores de Toxofal de Baixo têm jus, por isso propõe a venda de toda a madeira existente no pinhal do município, denominado “Cataverde” próximo da Ribeira dos Palheiros, pinhal que pela grande distancia a que fica das estradas e devido á sua pequenez, não possui guarda, e por isso está sendo defraudado com prejuízo para o cofre municipal. Vendida, pois, a madeira ali existente, póde ser aforado o respectivo terreno que vêm assim dar algum interesse ao município.

Seguidamente usou da palavra o vereador João Maria da Silva Marques que disse não concordar com a proposta do presidente porque, como diz o adagio, “quem vende nunca mais chama seu ao objecto vendido”, ele é contrario a tudo o que seja vender. Contudo se a madeira existente digo se os pinheiros do pinhal em questão, estão deteriorados então que se venda, sendo todavia preferível que a importancia do subsidio a conceder aos habitantes ^{|299v} do Toxofal de Baixo, seja tirada de diversas sobras de verbas orçadas e que não sejam gastas na totalidade.

Generalizando-se a discussão, que decorreu um pouco acalorada, deliberou-se por maioria de tres votos vender-se em hasta publica a madeira do referido pinhal, pois que tendo o presidente ouvido cada um dos vereadores de per si, disseram que devia ser vendida a madeira existente no pinhal de “Cataverde” sendo o seu producto exclusivamente entregue aos signatários do abaixo assinado, os vereadores, alem do proponente: António Vieira Júnior, Augusto dos Santos Picão, Silvano Marcelino, Pedro Marques de Carvalho, José da Silva Henriques Cordeiro, António Rodrigo de Carvalho e o presidente; e que o subsidio a conceder ao povo do Toxofal de Baixo devia sair dos saldos de diferentes verbas, os vereadores: João Maria da Silva Marques, António Maria da Silva, José do Nascimento Neves, José António Custodio Neves e José Narciso.

Terminada esta discussão o presidente propôs que fosse fixada a verba do subsídio a conceder, deliberando a Câmara que seja a importancia total da venda do pinhal já referido e as sobras resultantes de quaisquer verbas que não sejam gastas e que possam ser desviadas para tal fim.

Memorial de Carlos Diogo e Jaime dos santos Capelo, casados, desta vila, comunicando que desejam estabelecer ^{|300} um salão animatográfico nesta vila, mas com luctam com dificuldades em arranjar casa para tal efeito apropriada, por isso pedem a esta Camara a cedencia por arrendamento da casa que serve de quartel nesta vila, responsabilizando-se os signatários a retirarem da mesma casa todo o material no caso de ser precisa para alojamento de tropas, deixando a referida casa no mesmo estado em que a encontrarem ao tomarem posse d'ela. _ A Camara deliberou por unanimidade encarregar a sua Comissão Executiva a tratar deste assunto conferindo-lhe amplos poderes para o resolver como melhor convenha aos interesses do município.

Balancete mensal

Apresentado o balancete mensal do cofre municipal referente a agosto a junho findo, que acusa a receita recebida, entrando o saldo do mês anterior de escudos dois mil setecentos cincoenta e seis e desasseis centavos; a despesa efectuada de mil cento e nove escudos e vinte e um centavos; e o saldo de mil seiscentos quarenta e seis escudos e noventa e cinco centavos, sendo lido, por proposta do vereador João Maria da Silva Marques, que desejava saber em que havia sido gasta a importância acima referida, pelo chefe interino da secretaria, o registo dos respectivos mandados, dando-se por satisfeito o aludido vereador, fi- |^{300v} a Camara Inteirada.

Requerimentos

De José Mota, de Casal Novo, pedindo auctorização para proceder à construção d'um muro, em terreno que lhe pertence, para vedação do seu pateo, no mesmo lugar, e licença para fazer deposito de materiais na via publica. _Concedida por saber que é mantido o alinhamento anterior.

De José Lourenço, do Moledo, requerendo a venda d'uma facha de terreno publico com a superfície de oitenta e cinco metros quadrados, junto do predio que o suplicante possui no dito lugar e da qual precisa para proceder á reconstrução do mesmo predio. Este requerimento, que vem instruido com a respectiva planta, vem tambem acompanhado do respectivo laudo de peritos que foram nomeados pela Comissão Executiva desta Câmara, que organisou o competente processo. _ A Câmara verificando que o alinhamento requerido vem embelesar a rua, deferiu o requerimento auctorizando a venda por cinco escudos e noventa e cinco

Passa a f.º 1.ª do L.º 13

Contêm êste livro trezentas folhas que todas ficam numeradas e por mim rubricadas com a rubrica = Rosario S^a = que uso. Lourinhan, 24 de fevereiro de 1911.

O Presidente da Câmara
José A. do Rosário e Silva